

ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO  
ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA  
LETÍCIA LOBATO ANICET LISBOA

*Coordenadores*



# REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Belo Horizonte

 **FÓRUM**

2018

© 2018 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

## Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Bezanos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrizio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra



Luis Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

R344	Regulação e infraestrutura / Alexandre Santos de Aragão, Anna Carolina Migueis Pereira, Leticia Lobato Anicet Lisboa (Coords.). - Belo Horizonte : Fórum, 2018. 693p. ; 17cm x 24cm. ISBN: 978-85-450-0542-1	
	1. Regulação. 2. Infraestrutura. I. Aragão, Alexandre Santos de. II. Pereira, Anna Carolina Migueis. III. Lisboa, Leticia Lobato Anicet. IV. Título.	
2018-704		CDD 330.908 CDU 331.108

Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ARAGÃO, Alexandre Santos de; PEREIRA, Anna Carolina Migueis; LISBOA, Leticia Lobato Anicet (Coord.). *Regulação e infraestrutura*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 693p. ISBN 978-85-450-0542-1.

1135624

## SUMÁRIO

NOTA DOS COORDENADORES .....	17
------------------------------	----

## PRIMEIRA PARTE

## NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO REGULATÓRIO

## AS NOVAS PERSPECTIVAS DA REGULAÇÃO E O JUDICIÁRIO BRASILEIRO

<b>ADRIANO DE OLIVEIRA FRANÇA</b> .....	21
1 Introdução .....	21
2 Do panorama atual.....	21
3 Novas técnicas regulatórias.....	26
4 Dos reflexos das novas técnicas sobre a relação regulação-Judiciário.....	29
5 Do controle judicial da atividade reguladora não estatal sem e com transferência de função pública .....	32
6 Conclusão .....	47
Referências.....	48

## FUNGIBILIDADE DA ATUAÇÃO DIRETA DO ESTADO NA ECONOMIA COM A REGULAÇÃO E O FOMENTO

<b>ALEXANDRE SANTOS DE ARAGÃO</b> .....	51
1 Atuação direta reguladora.....	55
2 Atuação direta fomentadora.....	59

## SOBRE AGÊNCIAS REGULADORAS, SANÇÕES E PREÇOS: UM OLHAR A PARTIR DAS LENTES DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

<b>ALICE VORONOFF</b> .....	63
1 O modelo de agências reguladoras no Brasil: do otimismo à frustração .....	63
2 O Estado regulador brasileiro e a expansão do direito administrativo sancionador .....	66

3	Agências reguladoras e o exercício da competência sancionatória. Inventário de alguns problemas .....	68
4	Um olhar para os problemas a partir das contribuições da análise econômica do direito .....	73
4.1	A Escola de Chicago e a análise econômica do direito sancionatório .....	73
4.2	Um olhar crítico do exercício da competência sancionatória pelas agências à luz das contribuições da Escola de Chicago .....	75
5	Reflexões finais .....	78

## REGULAÇÕES EXPROPRIATÓRIAS: APONTAMENTOS PARA UMA TEORIA

<b>ANDRÉ CYRINO</b> .....	81	
1	Introdução ao tema .....	81
2	O problema e a falta de soluções teóricas satisfatórias.....	85
3	As contribuições da experiência do direito comparado.....	86
3.1	O <i>case Law</i> dos EUA.....	87
3.2	A literatura sobre <i>regulatory takings</i> nos EUA.....	89
4	Uma possível teoria brasileira das regulações expropriatórias? .....	94
5	Necessidade de revisão da doutrina das desapropriações indiretas e das limitações administrativas. Em busca de uma teoria dos excessos regulatórios no Brasil.....	95
5.1	A nulidade como consequência. A regulação expropriatória é espécie de desvio de finalidade constitucional .....	99
5.2	Normas gerais podem ensejar indenização e expropriação.....	100
6	E quando haverá regulações expropriatórias? .....	101
7	Encerramento .....	104
	Referências.....	104

## A REGULAÇÃO DE EMPRESAS SOB CONTROLE ESTATAL: HÁ REGULAÇÃO RELUTANTE NO BRASIL?

<b>ANDRÉA MAGALHÃES</b> .....	109	
1	Introdução .....	109
2	Regulação relutante: alguém lucra com a regulação fraca?.....	111
3	Elementos e o contexto brasileiro .....	115
3.1	Participação concorrencial do estado: novamente o capitalismo de Estado.....	115
3.2	Regulação de estatais: agências reguladoras, metarregulação internacional, autorregulação e regulação normativa .....	120
3.3	Desenvolvimento institucional .....	127
4	Resultado: valor de mercado? .....	134
5	Conclusão .....	136
	Referências.....	137

## REGULAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E RESGATES ESTATAIS: ALGUMAS REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES

<b>ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA</b> .....	141
1 Considerações iniciais .....	141
2 Propostas para uma regulação financeira mais eficiente.....	142
3 Estudo de caso: a nova legislação norte-americana (o <i>Dodd-Frank Act</i> ).....	151
3.1 Principais pontos do <i>Dodd-Frank Act</i> .....	152
3.2 Balanço do <i>Dodd-Frank Act</i> .....	160
4 Regulação financeira e crise econômica no Brasil .....	161
5 Síntese conclusiva.....	162
Referências.....	164

## POLÍTICAS REGULATÓRIAS E A CAIXA DE FERRAMENTAS DA ECONOMIA COMPORTAMENTAL

<b>CARINA DE CASTRO QUIRINO</b> .....	167
1 Introdução .....	167
2 Alteração do prisma de análise: a superação da racionalidade ilimitada e a centralidade do comportamento.....	168
3 Racionalidade limitada e contingenciamento de erros – Construindo novas premissas analíticas para a política regulatória.....	171
4 A análise de políticas regulatórias sob as premissas do comportamentalismo – Onde é que estamos falhando?.....	175
5 Críticas à economia comportamental aplicada ao direito – O início de novos “caminho” e “caminhar”.....	177
6 Robustecimento institucional – Condições para aprimorar a eficiência das políticas regulatórias .....	182
7 Conclusão .....	184
Referências .....	184

## A RELAÇÃO ENTRE MERCADOS E GOVERNOS À LUZ DA TEORIA DAS FALHAS DE REGULAÇÃO

<b>ESTÊVÃO GOMES CORRÊA DOS SANTOS</b> .....	187
1 Introdução .....	187
2 Falhas de regulação: uma proposta conceitual.....	190
3 Espécies de falhas de regulação.....	193
3.1 As quatro modalidades de falhas de regulação de Charles Wolf Jr. ....	194
3.2 As modalidades de falhas de regulação propostas por Cass Sunstein .....	197
3.2.1 Falhas na elaboração da norma regulatória.....	197
3.2.2 Falhas na concretização da norma regulatória.....	205
4 Síntese conclusiva.....	208
Referências .....	209

## A ABERTURA DA REGULAÇÃO AOS AGENTES PRIVADOS: ALGUNS INSIGHTS SOBRE A AUTOCERTIFICAÇÃO À LUZ DA TEORIA DA AUTORREGULAÇÃO

<b>ISABELA FERRARI</b> .....	213
1 Introdução: o direito administrativo na atualidade: de um modelo altamente centralizado à administração policêntrica .....	213
2 A expansão do <i>soft law</i> administrativo .....	214
3 <i>Soft law</i> administrativo e regulação policêntrica.....	217
4 A autorregulação: conceito e espécies.....	218
5 A autocertificação.....	220
5.1 Modelos de autocertificação .....	222
5.2 Limites à atuação de entes autocertificadores .....	226
5.2.1 Sobre o procedimento: transparência?.....	230
5.2.2 Sobre a fundamentação da decisão: razão pública? .....	231
5.2.3 Sobre o controle: mandado de segurança? .....	233
6 Conclusões .....	238
Referências.....	238

## INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA DAS REGULAÇÕES EXPROPRIATÓRIAS: UM NOVELO DE CUSTOS E INCENTIVOS

<b>LUIZA VEREZA</b> .....	241
1 Introdução .....	241
2 A equivalência econômica entre a regulação expropriatória e a desapropriação típica: uma premissa necessária .....	244
3 A regra compensatória em três cenários .....	245
3.1 Indefinição quanto à regra compensatória: o perigo da incerteza .....	245
3.2 Regulação expropriatória gratuita: desincentivo às atividades produtivas, prejuízos aos expropriados, alocação ineficiente de recursos e ilusão fiscal.....	249
3.3 Não há almoço grátis: os custos e incentivos da regulação expropriatória indenizada.....	256
3.3.1 O risco de <i>moral hazard</i> : supercapitalização e ineficiência econômica .....	256
3.3.2 Os custos administrativos da regra compensatória .....	261
4 Alternativas à regra compensatória: é possível conceber uma solução que neutralize ou reduza os custos da regra compensatória? .....	263
4.1 Seguro privado e seguro governamental .....	263
5 A proposta de Thomas J. Miceli e Kathleen Segerson: é possível solucionar a questão expropriatória por meio de um modelo econômico? .....	267
6 Conclusão: as contribuições da análise econômica para o equacionamento da questão expropriatória .....	268
Referências.....	271

## SOBREPOSIÇÃO REGULATÓRIA: OS RISCOS NA APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DA ESPECIALIDADE

<b>MARIANA VIANNA</b> .....	275
1     Introdução .....	275
2     O conceito de sobreposição regulatória .....	277
3     Relembrando a aplicação do critério da especialidade .....	281
4     Os riscos sobre o uso do critério da especialidade à sobreposição regulatória .....	283
4.1   Primeiro risco: a indeterminação e a clareza do texto legal .....	284
4.2   Segundo risco: a segurança jurídica e a eficiência .....	286
4.3   Reforça a visão em túnel .....	288
5     Conclusão .....	289

## A NECESSIDADE DE UMA POSTURA JUDICIAL DE DEFERÊNCIA AOS ATOS REGULATÓRIOS

<b>PRISCILLA DE SOUZA PESTANA CAMPANA</b> .....	291
1     Introdução .....	291
2     Limitações institucionais para o exercício de um controle judicial não deferente ....	293
2.1   Complexidade técnica e o dinamismo da regulação econômica .....	296
2.2   Efeitos prospectivos dos atos regulatórios .....	297
2.3   Multiplicidade de interesses envolvidos.....	298
3     Os riscos do controle judicial particularista .....	299
3.1   Excessiva judicialização, elevação dos custos sociais e redução do bem-estar .....	300
3.2   Enfraquecimento do papel do regulador e de sua atuação .....	302
3.3   Imutabilidade decorrente do trânsito em julgado.....	303
4     O Poder Judiciário brasileiro e a regulação econômica.....	303
5     Critérios e medidas concretas apresentadas para um controle judicial deferente ....	307
6     Conclusão .....	310
Referências .....	311

## REGULAÇÃO CONSENSUAL: O PAPEL DOS COMPROMISSOS DE CESSAÇÃO DE PRÁTICA NO AJUSTAMENTO DE CONDUTAS DOS REGULADOS

<b>THIAGO MARRARA</b> .....	313
1     Introdução: a consensualização da regulação .....	313
2     Compromissos de cessação de prática: definição e conteúdo essencial .....	315
3     Utilidades regulatórias do compromisso de cessação de prática .....	319
4     Regime jurídico dos compromissos de cessação .....	322
5     Necessidade de previsão legal? .....	324
6     Conclusão .....	327
Referências .....	328

## OS QUATRO PILARES PARA A PRESERVAÇÃO DA IMPARCIALIDADE TÉCNICA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

<b>VALTER SHUENQUENER DE ARAUJO</b> .....	331
1 A regulação brasileira por meio de autarquias de regime especial .....	331
2 O mandato fixo nas agências reguladoras e a posição do STF .....	334
3 O controle (deferente e não deferente) dos atos das agências .....	340
4 Contingenciamento de recursos nas agências reguladoras e seu efeito asfixiante ...	346
5 A prejudicial supressão de competências das agências reguladoras .....	349
6 Conclusões.....	349

### SEGUNDA PARTE

## INFRAESTRUTURA E SEUS ASPECTOS INSTITUCIONAIS

### DESAPROPRIAÇÕES E REMOÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE INFRAESTRUTURA: ENTRE AVANÇOS E OPORTUNIDADES PERDIDAS

<b>ANNA CAROLINA MIGUEIS PEREIRA</b> .....	355
1 Introdução .....	355
2 Desapropriações e projetos de infraestrutura: algumas propostas .....	358
2.1 Ampliação do rol de legitimados para a propositura da ação de desapropriação e repartição dos riscos da demanda .....	358
2.2 A desapropriação por zona como instrumento de remuneração de parceiros privados e concessionários .....	362
3 Desapropriações e remoções: para além da judicialização.....	364
3.1 Maior proteção aos envolvidos nos processos de remoções e desocupações .....	364
3.2 Normatização e incentivos para a desapropriação amigável .....	370
4 Conclusões .....	377

### REGULAÇÃO PORTUÁRIA E CONTRATOS DE ARRENDAMENTO: ANÁLISE COMPARATIVA DE DOIS DIFERENTES MODELOS JURÍDICOS (BRASIL E ALEMANHA)

<b>EGON BOCKMANN MOREIRA, PEDRO LUCCHESI PIOVESAN</b> .....	379
1 Introdução .....	379
2 Modelos de gestão portuária.....	382
2.1 Classificação tradicional.....	382
2.2 O modelo do porto proprietário.....	383
3 O arrendamento portuário na Alemanha (Hamburgo).....	386
3.1 O porto sob a competência dos estados alemães e suas diferentes estruturas jurídicas.....	386
3.2 Por que Hamburgo? Titularidade municipal do porto.....	387



3.3	A Hamburger Hafen und Logistik AG .....	389
3.4	A Hamburg Port Authority .....	391
4	O arrendamento portuário no Brasil.....	393
4.1	O porto sob a competência da União .....	393
4.2	A Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) e a cessão do porto à luz da Constituição Federal.....	394
4.3	Regramento do arrendamento portuário .....	397
4.4	A Administração dos portos de Paranaguá e Antonina – APPA .....	399
5	Análise comparativa entre os modelos de Hamburgo e Paranaguá.....	400
5.1	Vínculo União – APPA/Cidade de Hamburgo – HPA .....	400
5.2	Vínculo APPA – Arrendatário/HPA – Arrendatário.....	402
6	Considerações finais .....	402

## REGULAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS E ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO: ANÁLISE DO PAPEL DO ESTUDO PRELIMINAR NA EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA

<b>EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA</b> .....	405	
1	Introdução .....	405
2	A regulação das infraestruturas e o <i>locus</i> administrativo .....	406
3	A regulação contratual e as exigências legais.....	410
4	O projeto básico e as falhas.....	411
5	Estudo de caso: análise das fiscalizações das obras públicas pelo Tribunal de Contas da União em 2015 .....	416
6	Conclusão .....	419
	Referências.....	420

## OS ENTRAVES NORMATIVOS À IMPLEMENTAÇÃO DO TRANSPORTE MULTIMODAL

<b>LETÍCIA LOBATO ANICET LISBOA</b> .....	423	
	Introdução .....	423
1	Percepção dos operadores de transporte multimodal sobre a regulamentação da atividade no Brasil .....	425
2	Entraves tributários e o CTMC.....	428
2.1	A bitributação de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) .....	428
2.2	A tributação do CTMC .....	430
3	O seguro de responsabilidade civil do OTM .....	433
4	A necessidade de regulamentação de normas de acesso à estrutura do transporte multimodal .....	439
5	A ausência de regulamentação normativa do operador logístico de cargas .....	441
	Referências.....	448

## A FEDERAÇÃO NA PERSPECTIVA REGULATÓRIA: EM BUSCA DE UMA COOPERAÇÃO EFICIENTE

<b>MARCELO PALLADINO MACHADO VIEIRA</b> .....	451
1 Introdução .....	451
2 Objeto de análise .....	452
3 A evolução da federação a partir da regulação econômica. O que o direito comparado nos tem a dizer.....	453
3.1 O exemplo norte-americano .....	453
3.2 O exemplo alemão .....	455
3.3 Algumas lições possíveis .....	457
4 Relações entre a regulação econômica e a federação brasileira .....	457
4.1 Competência legislativa em transporte ferroviário interestadual .....	458
4.2 Competência legislativa em saneamento básico. As regiões metropolitanas .....	460
5 A federação revisitada. Os princípios federativos à luz do pragmatismo .....	462
6 Administração gerencial e federação .....	464
7 A cooperação entre os entes federais. A desmistificação do “mito federativo” .....	465
8 Instrumentos em prol de uma federação eficiente.....	468
9 Conclusão .....	470
Referências.....	472

## DE ONDE VÊM, O QUE SÃO, PARA ONDE VÃO E QUANTO CUSTAM OS BENS REVERSÍVEIS?

<b>MÁRCIO MONTEIRO REIS</b> .....	475
1 Introdução .....	475
2 Quais são os bens reversíveis (de onde vêm?) .....	478
3 Qual a natureza dos bens reversíveis (o que são?).....	487
4 Para onde vão os bens reversíveis?.....	499
5 Quando a reversão impõe o dever de indenizar? Como deve ser calculada a indenização? (Quanto custam?) .....	505
6 Conclusão? .....	516
Referências.....	518

## A CONCORRÊNCIA INTERMODAL NO TRANSPORTE TERRESTRE DE CARGAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOB A PERSPECTIVA DA OFERTA FERROVIÁRIA

<b>MARIAM TCHEPURNAYA DAYCHOUM</b> .....	521
Introdução .....	521
1 A competição entre modos terrestres de transporte .....	522
1.1 O histórico brasileiro .....	523
1.2 A decadência das ferrovias .....	530

2	A desestatização e o insuficiente impacto da reforma na oferta de infraestrutura ferroviária .....	534
2.1	A expansão da malha ferroviária brasileira no momento pós-desestatização .....	538
2.2	As tentativas de expansão da malha ferroviária no pós-desestatização.....	540
	Conclusão .....	541
	Referências.....	542

## A INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

<b>RENAN DOS SANTOS FIGUEIREDO</b> .....	547	
1	Introdução .....	547
2	Obstáculos infraestruturais do sistema ferroviário brasileiro.....	549
3	A promoção ao desenvolvimento nacional sustentável através da licitação e da infraestrutura .....	551
4	Desenvolvimento econômico e social e redução de desigualdades regionais.....	555
5	Considerações finais .....	561
	Referências.....	562

## MECANISMOS DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO COMO GARANTIDOR DA EFICIÊNCIA DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

<b>RODRIGO HENRIQUE LUIZ CORRÊA</b> .....	565	
1	Introdução .....	565
1.1	Do Estado patrimonial ao Estado gerencial: breve histórico dos investimentos em infraestrutura no Brasil.....	565
2	A concessão de serviços públicos no Brasil.....	567
3	A garantia constitucional do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos .....	569
4	Da alocação de riscos nos contratos de infraestrutura.....	572
5	Alocação de risco nas concessões e permissões da Lei nº 8.987/95: do critério tradicional aos critérios baseados na eficiência da alocação de riscos.....	575
6	Dos mecanismos alternativos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro: da política tarifária por incentivo e do Fator X .....	582
7	Conclusão .....	587
	Referências.....	587

## O NOVO REGIME DE EXPLORAÇÃO DOS TRANSPORTES FERROVIÁRIOS DE CARGAS

<b>ROGER SANTOS GONZAGA</b> .....	589	
1	Introdução .....	589
2	Breves apontamentos sobre o modelo reformado.....	590

3	O Decreto nº 8.129/2013 e a Política de Livre Acesso ao Subsistema Ferroviário Federal.....	593
4	Regime constitucional de exploração do transporte ferroviário de cargas .....	601
5	Novo modelo exploratório das ferrovias .....	606
5.1	Inteligência da Lei nº 10.233/2001 (com as alterações da Lei nº 12.743/2012).....	607
5.2	Papel da Valec no novo modelo.....	609
5.3	Pluralidade de regimes.....	616
6	Conclusão .....	622
	Referências.....	623

## A FUNÇÃO REGULATÓRIA DA LICITAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA CONCORRÊNCIA E DE OUTRAS FINALIDADES PÚBLICAS

<b>VICTOR AGUIAR DE CARVALHO</b> .....	625	
1	Introdução .....	625
2	Função regulatória da licitação como ferramenta de promoção de determinadas finalidades públicas .....	626
3	Função regulatória da licitação como ferramenta de promoção da concorrência .....	634
3.1	A função regulatória da licitação para incremento da competição nos mercados ....	638
3.2	A função regulatória como mecanismo para suprimir incentivos à adoção pelos particulares de práticas restritivas à concorrência nos certames licitatórios .....	640
4	Conclusões.....	643
	Referências.....	643

## DIREITO DE PRORROGAÇÃO DE CONCESSÃO: APONTAMENTOS À LUZ DO CASO DA USINA DE JAGUARA

<b>VINICIUS DOMINGUES MACIEL</b> .....	647	
1	Introdução .....	647
2	A prorrogação no contrato de concessão .....	648
3	Prorrogação de concessão no setor elétrico e a Lei nº 12.783/2013.....	651
4	Conteúdo da cláusula de prorrogação, direito adquirido e poder de conformação legislativa.....	656
5	Do direito à indenização perante lei constitucional que retira possibilidade de prorrogação da concessão .....	660
6	Conclusões.....	662
	Referências.....	662

## OS DESAFIOS DA REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO DIANTE DE NOVAS TECNOLOGIAS

<b>VITOR RHEIN SCHIRATO</b> .....	665	
1	Colocação do tema.....	665

2	O conceito de serviço público.....	667
3	As implicações do serviço público.....	673
4	O regime jurídico dos serviços públicos.....	679
4.1	Uma conclusão parcial: o que é um serviço público? .....	682
5	Serviços públicos e o transporte público urbano.....	682
6	Conclusão .....	689
SOBRE OS AUTORES.....		691